

**REQUERIMENTO Nº , DE 2024**  
(DA SRA. SILVIA WAIÃPI)

Requer seja solicitado à Presidência, ouvida a Mesa, o envio de Requerimento de Informações ao Sr. Ministro da Casa Civil, no sentido de esclarecer esta Comissão quanto as medidas adotadas pelo atual Governo para conter a crise humanitária na Terra Indígena Ianomâmi.

Exma. Coordenadora da Comissão Externa,

Requer-se, após a aprovação pelo colegiado desta Comissão, seja solicitado à Presidência, ouvida a Mesa, o envio de Requerimento de Informações ao Sr. Ministro da Casa Civil, no sentido de prestar esclarecimentos quanto as medidas adotadas pelo atual Governo para conter a crise humanitária na Terra Indígena Ianomâmi.

A seguir, apresentamos, desde já, a minuta do Requerimento de Informações a ser enviado, de onde se extrai sua grande valia para os trabalhos deste Comissão.

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024**  
(DA COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR E INVESTIGAR  
A CRISE HUMANITÁRIA DOS YANOMAMI)

Requer sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Casa Civil, no sentido de esclarecer esta Casa quanto às medidas adotadas pelo atual Governo para conter a crise humanitária na Terra



Indígena lanomâmi.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Casa Civil, no sentido de esclarecer esta Comissão quanto as medidas adotadas pelo atual Governo para conter a crise humanitária na Terra Indígena lanomâmi.

### JUSTIFICAÇÃO

De forma chocante, temos nos deparado com a grave crise humanitária na região da Terra Indígena lanomâmi. Os integrantes do atual Governo, que buscavam atribuir a grave problemática ao Governo anterior, agora, se mostram perdidos em meio ao que eles próprios taxavam de genocídio.

No início do ano de 2023, o atual Presidente da República afirmou que "o genocídio cometido contra o povo Yanomami" exigia medidas mais drásticas<sup>1</sup>.

Porém, no mesmo ano, como apresentado no relatório da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI do Ministério da Saúde, as mortes de indígenas Yanomami cresceram quase 6% em relação ao ano anterior. Foram 362 vítimas contra 343 em 2022.

Por meio do Decreto nº 11.384, de 20 de janeiro de 2023, o Governo Federal instituiu um Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento à Desassistência Sanitária das Populações em Território Yanomami; suspendeu a entrada de não-indígenas na reserva Yanomami e determinou que a Força Aérea Brasileira (FAB) intensificasse o controle do

<sup>1</sup> Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/02/02/genocidio-contra-povo-yanomami-exige-medidas-mais-drasticas-diz-lula-em-mensagem-ao-congresso.ghtml>.



tráfego aéreo na região, limitando a área de voos. Simultaneamente, órgãos ambientais e forças de segurança federais deflagraram ações conjuntas de combate ao garimpo ilegal.

Em maio deste ano ao lado dos ministérios e órgãos que atuam na Terra Indígena Yanomami, a Casal Civil “detalhou o trabalho determinado pelo presidente Lula desde a identificação da crise humanitária, em janeiro de 2023”<sup>2</sup>.

Por ser uma situação que envolve a atuação de vários ministérios, cabe à Casa Civil coordenar a atuação conjunta.

Segundo noticiado, “a deliberação do presidente e do ministro da Casa Civil, Rui Costa, para todos os ministérios e órgãos envolvidos com a questão é garantir a presença permanente do estado na TI e atuar com políticas que garantam a retomada do modo de vida dos yanomami”<sup>3</sup>.

Entre as medidas adotadas, destacam-se: (1) a implantação da Casa de Governo, em Boa Vista, Roraima, como um espaço para gerenciar todos os 31 órgãos federais envolvidos com o trabalho na maior terra indígena do Brasil; (2) a abertura de crédito extraordinário no valor de R\$1 bilhão para o plano estruturante que o Governo Federal está promovendo na Terra Indígena Yanomami, a partir da escuta de lideranças<sup>4</sup>.

Diante do exposto solicitam-se as seguintes informações, e outras que o Exmo. Ministro entender pertinentes para o exercício dos trabalhos da “COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR E INVESTIGAR A CRISE HUMANITÁRIA DOS YANOMAMI”, da qual a Dep. Coronel Fernanda é coordenadora.

1. Quais medidas foram adotadas neste Governo até o momento para a contenção e solução da crise humanitária na região da Terra Indígena Yanomami?

<sup>2</sup> Disponível em <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/casa-civil-apresenta-medidas-implementadas-na-terra-yanomami-a-corte-interamericana-de-direitos-humanos>.

<sup>3</sup> Disponível em <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/casa-civil-apresenta-medidas-implementadas-na-terra-yanomami-a-corte-interamericana-de-direitos-humanos>.

<sup>4</sup> Disponível em <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/casa-civil-apresenta-medidas-implementadas-na-terra-yanomami-a-corte-interamericana-de-direitos-humanos>.



2. Quais medidas prevê o noticiado “plano reestruturante” para a TI Yanomami?
  - 2.1. Quais os recursos destinados para implementação de cada uma dessas medidas?
  - 2.2. Quais os resultados já gerados e que se espera de cada uma dessas medidas?
3. Existe algum indicador da efetividade das medidas que tem sido tomadas pelo Governo para contenção da crise humanitária do Território Ianomâmi, em caso afirmativo especificar.
4. Como o Governo explica o crescimento das mortes no território Ianomâmi?
5. Para justificar o crescimento das mortes no território Ianomâmi, a secretária de Vigilância em Saúde, Ethel Maciel, chegou a apontar a existência de subnotificação por parte do Governo anterior<sup>5</sup>. Existem provas dessa subnotificação? Em caso afirmativo favor aponta-las, preferencialmente, com o envio dos respectivos documentos comprobatórios.
6. Qual montante de recursos financeiros foi destinado à Secretaria de Saúde Indígena encarregada da prestação do serviço público na TI Yanomami nos anos de 2023 e 2024? Especificar/detalhar as respectivas rubricas, como os recursos foram utilizados para as comunidades Ianomâmi.
7. Quais medidas foram tomadas em cumprimento da determinação emanada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos<sup>6</sup> e no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 709?
  - 7.1. Qual montante de recursos destinados para cada uma dessas medidas?
  - 7.2. Existe algum indicador capaz de mensurar a efetividade dessas medidas?

<sup>5</sup> Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/02/22/mortes-de-yanomamis-crescem-quase-6percent-em-um-ano-mas-governo-alega-subnotificacao-no-passado.ghtml>.

<sup>6</sup> Disponível em [https://corteidh.or.cr/docs/medidas/yanomami\\_se\\_02\\_por.pdf](https://corteidh.or.cr/docs/medidas/yanomami_se_02_por.pdf).



8. Qualquer outra informação que o Exmo. Min. entender pertinente para os trabalhos desta Comissão.

Sala das Comissões, em                      de                      de 2024.

Deputada CORONEL FERNANDA  
(Coordenadora)

Diante do exposto, tendo em vista a importância das informações a serem solicitadas, convocamos os Pares à aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em                      de                      de 2024.

**Deputada SILVIA WAIÃPI**

**PL/AP**

2024-8205

